



Número: **0801100-13.2018.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **26/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 2362.46**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	ALEXANDRA CESAR DUARTE
AUTOR	WALISON BATISTA DE LIMA
ADVOGADO	JOSE EDUARDO DA SILVA
RÉU	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
13247052	26/03/2018 11:41	<a href="#">WALISON BATISTA DE LIMA 1</a>	Outros Documentos
13247057	26/03/2018 11:41	<a href="#">WALISON BATISTA DE LIMA</a>	Outros Documentos
13247100	26/03/2018 11:41	<a href="#">WALISON BATISTA DE LIMA 2</a>	Outros Documentos
17008341	08/10/2018 10:40	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
18612813	11/01/2019 13:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
18612816	11/01/2019 13:17	<a href="#">CARTA CITAÇÃO-AR- 0801100-13.2018.0331</a>	Documento de Comprovação



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

**INFORMAÇÕES GERAIS**

POLICIAL/MATRÍCULA:		DATA/HORA:
PEDRO GOES/1371043		03/06/2017 01:45
Na Rodovia		
MUNICÍPIO/UF:		
BAYEUX/PB		
BR:	KM:	SENTIDO:
230	34.8	Crescente
DESCRIPTIVO DO LOCAL:		

**ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO**

FASE DO DIA:	CONDIÇÃO METEOROLÓGICA:	
Plena Noite	Céu Claro	
TIPO DE VIA:	TIPO DE PISTA:	CONDIÇÃO DE PISTA:
Principal	Dupla	Seca
TIPO DE PAVIMENTO:	ESTRUTURA VIÁRIA:	
Asfalto	Curva   Ative	
LOCALIDADE URBANIZADA:	EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO:	EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL:
Sim	Sim	Sim

IMAGEM DO LOCAL DO ACIDENTE:	IMAGEM DE DESCRIÇÃO DO LOCAL:

IMAGEM PANORÂMICA SENTIDO CRESCENTE:	IMAGEM PANORÂMICA SENTIDO DECRESCENTE:

AUXÍLIO DE OUTRO ÓRGÃO:
Corpo de bombeiros
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO AUXÍLIO:
Viatura resgate comandada pelo CB Wuglailson
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA - VIATURA PREFIXO AR47, PLACAS QFC-0507/PB, COMANDADA PELO CB WUGLAISON.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043	
DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42	NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A
VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <a href="http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar">www.prf.gov.br/novobat/autenticar</a>	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

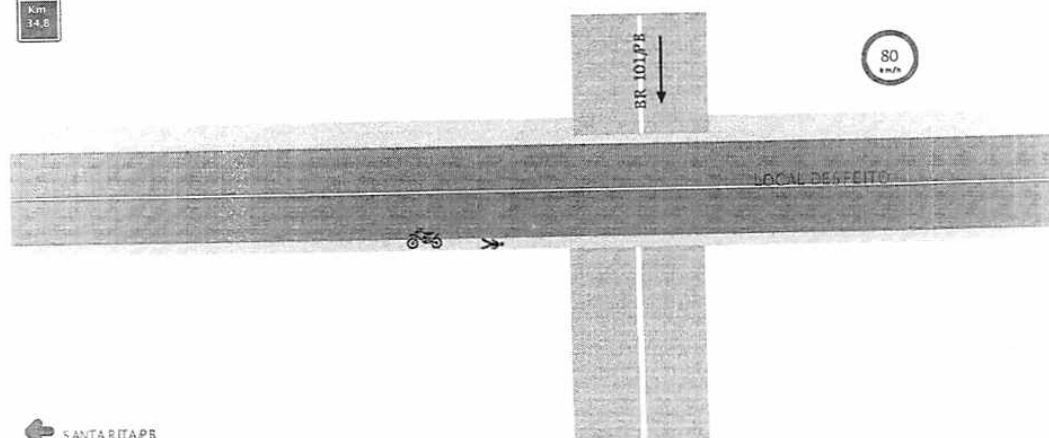


Sem Imagem

**DINÂMICA**

**Eventos Sucessivos**

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Tombamento	V1



**Amarração - Não realizada**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42

NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

Página 2 de 8



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

**Narrativa**

NO DIA 03/06/2017, POR VOLTA DAS 01H40, OCORREU UM ACIDENTE COM VÍTIMA, TIPO QUEDA DE MOTOCICLETA NA ALTURA DO KM 34,8 DA BR 230/PB SENTIDO CRESCENTE. A EQUIPE DA SERVIÇO DO POSTO PRF DE BAYEUX/PB COMPARECEU AO LOCAL PARA AS DILIGÊNCIAS DE PRAXE. CONFORME LEVANTAMENTOS REALIZADOS NO LOCAL, PRESUMIMOS QUE O CONDUTOR DO VEÍCULO V1, MOTOCICLETA HONDA DE PLACA NPZ-3987/PB, NA OCASIÃO CONDUZIDO POR WALISON BATISTA DE LIMA CPF Nº 090.651.514-94, PERDEU O CONTROLE DA DIREÇÃO E CAIU DO VEÍCULO. O VEÍCULO ENCONTRAVA-SE ESTACIONADO NO LADO ESQUERDO DA PISTA DE ROLAMENTO, APOIADO NO DESCANSO LATERAL. CONDUTOR ENCONTRAVA-SE CAÍDO AO SOLO FORA DA RODOVIA. OBS: 1 - LOCAL DESFEITO; 2 - CONDUTOR COM SINTOMAS DE EMBRIAGUES; 3 - TESTE ETILÔMETRO NÃO REALIZADO DEVIDO AOS FERIMENTOS NO CONDUTOR; 4 - VELOCIDADE NO LOCAL É DE 80Km/h.



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043

DATA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42

NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

Página 3 de 8

 <b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b> <b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</b> <b>BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</b>		
<b>PROTÓCOLO:</b> 17045569B01	<b>STATUS:</b> Encerrado	



<b>VEÍCULOS</b>	
<b>SEQUENCIAL:</b> V1	<b>PLACA:</b> NPZ3927
<b>SITUAÇÃO:</b> V1	<b>MARCA/MODELO:</b> HONDA/CG 125 FAN KS
<b>TRACIONADOR:</b> <b>CHASSI:</b> 9C2JC4110AR663441	<b>RENAVAM:</b> 00225101297
<b>ESPECIE:</b> Passageiro	<b>CATEGORIA:</b> BRASIL
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:</b> NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR O TESTE DE ETILÔMETRO CONDUCTOR COM SINTOMAS DE EMBRIAGUEZ (ODOR ETÍLICO)	<b>Particular</b> Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento

<b>ENDEREÇO:</b> JACSON BATISTA DE LIMA 090.651.514-94 CPF/CNPJ	<b>BAIRRO:</b> 00383
<b>NUMERO:</b> RUA REMÍGIO 383	<b>COMPLEMENTO:</b> MUNICÍPIO/UF:
<b>SANTA RITA/PB</b> TELEFONE: 83 98719-4091 EMAIL:	<b>Dados de Carga</b> DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

<b>MOTIVO:</b> Encaminhamento TIPO DE RECEPTOR:	<b>OUTROS:</b> Depósito credenciado
---	--

<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:</b> LICENCIAMENTO ATRASADO, FALTA DE EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO (RETROVISORES), MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO (PNEU TRASEIRO ATINGIU O TMI) - ENCAMINHADO PARA A TRANSGUARD DRV Nº 14011706030159-188	<b>IMAGEM DE PRODUTO PERIGOSO:</b> Sem Imagem
--	--

<b>IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:</b> Sem Imagem	<b>IMAGEM DE CRONOTACOGRAFO:</b> Sem Imagem
--	--

	<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b> <b>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL</b> <b>BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO</b>		<b>PROTOCOLO:</b> 17045569B01
			<b>STATUS:</b> Encerrado

**PESSOAS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: <b>V1 / NPZ3927 / HONDA/CG 125 FAN KS</b>		ENVOLVIMENTO: <b>Condutor/ PROPRIETÁRIO</b>
NOME: <b>WALISON BATISTA DE LIMA</b>	CPF: <b>090.651.514-94</b>	DATA DE NASCIMENTO: <b>22/07/1990</b>
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ORGAO EXPEDIDOR:	SEXO: <b>Masculino</b>
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: <b>NEUCILENE BATISTA DE LIMA</b>	

<b>Dados de Endereço</b>	
LOGRADOURO: <b>RUA REMIGIO</b>	NUMERO: <b>383</b>
COMPLEMENTO:	BAIRRO: <b>MUNICIPIOS</b>
MUNICIPIO/UF: <b>SANTA RITA/PB</b>	
TELEFONE: <b>83-98719-4091</b>	EMAIL:

<b>Dados da Habilitação</b>		
HABILITAÇÃO: <b>Habilitação Nacional</b>	PAÍS DA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA: <b>AB</b>
PROFISSIONAL:	Nº DO REGISTRO: <b>05874247936</b>	UF: <b>PB</b>
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: <b>09/09/2013</b>	VALIDADE DA CNH: <b>19/12/2017</b>	
OBSERVAÇÕES DA CNH: <b>15</b>		

<b>Circunstâncias</b>		
ESTADO FÍSICO: <b>Lesões Graves</b>	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: <b>NÃO APLICÁVEL</b>	
USAVA CAPACETE: <b>Não</b>	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: <b>NÃO APLICÁVEL</b>	
TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: <b>Não</b>	RESULTADO DO TESTE:	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: <b>Não</b>
DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE:		

<b>CONDUTOR SOCORRIDO COM LESÕES GRAVES</b>	
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: <b>Sim</b>	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: <b>Não</b>

<b>Encaminhamento</b>	
MOTIVO: <b>Pro médico</b>	TIPO DE RECEPTOR: <b>Corpo de bombeiros</b>
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO: <b>Para PREFIXO AR47/CABO WUGLAILSON</b>	

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043	
DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42	NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A
VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <a href="http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar">www.prf.gov.br/novobat/autenticar</a>	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:**

LOCAL DESFEITO; VEÍCULO ENCONTRAVA-SE SOBRE O ACOSTAMENTO ESQUERDO APOIADO SOBRE SUAS RODAS E COM DESCANSO LATERAL ACIONADO.  
CONDUTOR ENCONTRAVA-SE DEITADO SOB O ACOSTAMENTO LADO ESQUERDO.

**IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:**



Sem Imagem

Documento assinado digitalmente pelo PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043

Data de encerramento da ocorrência: 08/06/2017 07:42

NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

Página 6 de 8





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

**AVALIAÇÃO DE DANOS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V1 / NPZ3927 / HONDA/CG 125 FAN KS

NUMERO DO BAT:

17045569B01

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

PEDRO GOES/1371043

DATA/HORA:

03/06/2017 01:45

Item	Descrição do Item	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	

TOTAL GERAL (SIM + NA):

0

DIMENSÃO DA MONTA:

Pequena

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42

NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

Página 7 de 8





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**

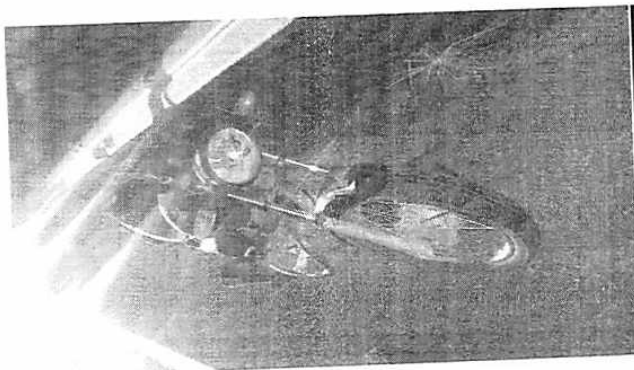


**PROTOCOLO:**  
17045569B01

**STATUS:**  
Encerrado

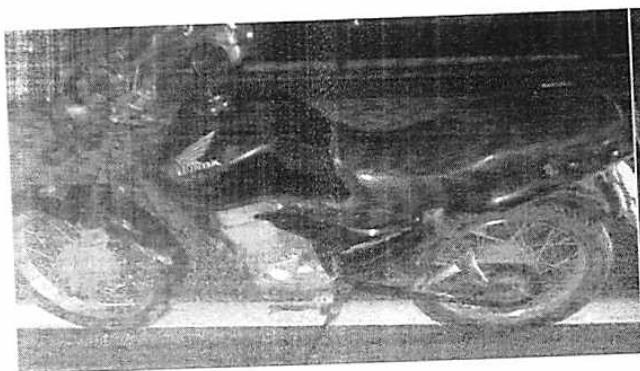
FRENTE (V1)

TRASEIRA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)

LATERAL DIREITA (V1)



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE PELO PRF PEDRO GOES, MATRÍCULA 1371043

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 08/06/2017 07:42

NÚMERO DE CONTROLE: 91161C93310951A5EFFCA7F572803A

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novoba/autenticar](http://www.prf.gov.br/novoba/autenticar)

Página 8 de 8

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA DO FORUM DE SANTA RITA/PB.

**WALISON BATISTA DE LIMA**, auxiliar de movimentação, brasileiro, solteiro, inscrito no RG sob o nº 3626015 SSP/PB e CPF de nº 090.651.514-94, residente e domiciliado na rua Remígio, 383, Santa Rita/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.

**1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA**

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

**“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.**

## **2) DOS FATOS**

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **03/06/2017**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve fratura de cotovelo direito e fratura de ombro esquerdo, **que o deixou com permanente debilidade em todos os membro afetado**, fato este que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

**O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG, no dia 02/01/2018, a quantia de R\$ 4.725,00 referente à fratura presente no seu membro superior e a quantia de R\$ 2.531,25 como indenização da fratura ocorrida em seu ombro, conforme documentação acostada.**

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, no sentido de que houveram danos corporais intensos em um dos seus membros superiores, o que seria referente à indenização de 7.087,50, não apenas danos em grau médio, como foi pago pela seguradora.

### **3) DO DIREITO**

#### **3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM**

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

**“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”.** (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

### **3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa**

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

### **3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL**

**No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.**

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

### **3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO**

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

**“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)**

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

***“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).***

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

### **3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO**

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

**“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:**  
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

#### **4) DA POSTULAÇÃO**

**EX POSITIS**, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;



**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

**e)** ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

**f)** por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 2.362,46

Nestes termos,  
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 06 de março de 2018.

**JOSÉ EDUARDO DA SILVA**  
**OAB/PB 12.578**

**ALEXANDRA CESAR DUARTE**  
**OAB/PB 14.438**

**MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA**  
**OAB/PB 17.295**

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

**QUESITOS**

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

**ANEXO**

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25

**DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Maria Rosa, 59, Manaíra, João Pessoa-Paraíba.  
(83) 98732-6361/ (83) 98660-2858/ (83) 99607-7040/ (83) 99342-1170

---

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10
---	----

## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



## DADOS DO SINISTRO

Número: 3170642902

Cidade: Bayeux

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: WALISON BATISTA DE LIMA

Data do acidente: 03/06/2017

Seguradora: ESSOR SEGUROS S.A.

## PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE COTOVELO DIREITO. FRATURA DE OMBRO ESQUERDO

**Descrição do exame médico pericial:** AO EXAME, VÍTIMA APRESENTA LIMITAÇÃO DA EXTENSÃO DO COTOVELO DIREITO E LIMITAÇÃO DA ROTAÇÃO/SUPINAÇÃO DO ANTEBRAÇO DIREITO, HIPOTROFIA DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO, REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO DE CARGAS E DA MOBILIDADE DO MEMBRO SUPERIOR DIREITO. LIMITAÇÃO DA CAPACIDADE DE ELEVAÇÃO DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, HIPOTROFIA DO OMBRO E MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, REDUÇÃO DA CAPACIDADE DE SUSTENTAÇÃO DE CARGAS.

**Resultados terapêuticos:** TRATADAS CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACAS E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA.

**Sequelas permanentes:** Limitação funcional do ombro esquerdo, Limitação funcional do membro superior direito

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 27/12/2017

**Conduta mantida:**

**Observações:**

**Médico examinador:** Joao Fernandes de Souza

**CRM do médico:** 2732

**UF do CRM do médico:** PB

*Carilo*  
1157  
1251,0

## DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau médio - 50 %	35%	R\$ 4.725,00
Perda completa da mobilidade de um dos ombros	25 %	Em grau intenso - 75 %	18,75%	R\$ 2.531,25
Total			53,75 %	R\$ 7.256,25



## LAUDO MÉDICO

Declaro, para fins trabalhistas, que o(a) Sr(a) Walison Batista de Lima , apresentou acidente de moto no dia 03/06/2017 e evoluiu com diagnóstico de fratura do úmero proximal esquerdo fechada e exposta do olécrano direito. Foi atendido inicialmente em outro serviço onde realizou a primeira cirurgia. No dia 28/06/2017 foi submetido à osteossíntese do úmero e olécrano neste serviço. No momento está em seguimento ambulatorial e em reabilitação fisioterápica.

CID: S42.2 / S52

João Pessoa, 07 de julho de 2017.

Dra. Andréa H. Nogueira  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 10.482/2006/13.745

**CAGEPA**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

6899811

REFERÊNCIA

MAR/2017

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

FERNANDO BARBOSA DE LIMA  
RUA REMÍGIO 383

MUNICÍPIOS

58300-970

SANTA RITA

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
003-00-260-0216	0	1	0	0	0	6899811
Hidrómetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y15N407299	05/10/2015	4	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (m³)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA
330	349	19	29	24/06/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT. QUALID. DA ÁGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
NOV/2016	13	0	PARAMETROS EXIG.	ANALIS. CONFORMES
DEZ/2016	15	0	COL.TOTAIS	79 120 120
JAN/2017	18	0	CLORO	79 120 120
FEV/2017	18	32	COL.TERMOT	0 0 0
MAR/2017	16	0	TURBIDEZ	79 119 119
ABR/2017	17	0	COR	20 119 119
MEDIA(H)	16		DADOS REFERENTES A: MAR/2017	

DATA DA LEITURA: 26/05/2017	HORA DA LEITURA: 09:05:45
DESCRICAO	CONSUMO VL AGUA VL ESGOTO TOTAL(R\$)
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10 36,84 R\$36,84
DE 11m A 20m	9 42,75 R\$42,75
TOTAIS	79,59

LEI Nº 7.116 DE 28/05/83

ASSINATURA DO TITULAR

CPF 090.651.514-94

CARTÓRIO 8º DE J. PESSOA PB

NASC. N. 53079 FLS. 446 LIV. A51

DOC ORIGEM

JOÃO PESSOA-PB

NATURALIDADE

FILIAÇÃO FERNANDO BARBOSA DE LIMA

NEUCILENE BATISTA BARBOSA DE LIMA

NOME

WALISON BATISTA DE LIMA

REGISTRO GERAL

3.626.015 - 2 VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 25/10/2012

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE NASCIMENTO 22/07/1990

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02

P-236





*Walison Batista de Lima*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:**

NALISON BATISTA DE LIMA  
brasileiro(a), estado civil SOLTEIRO, profissão  
EX. de MOVIMENTAÇÃO, CI RG nº 3626015  
CPF/MF nº 080651514-84, residente e domiciliado(a) à Rua  
NUA REMÍCIO, 383,  
Cidade de SANTA RITA, Estado  
Paraíba, CEP: 58300-970, telefone  
83-99342 1170, 83-352-8500.

**OUTORGADO:** JOSÉ EDUARDO DA SILVA, CPF sob o n.º 455.536.024-91 e RG sob o n.º 1054562, com endereço cito à Av. João Machado, 399, centro, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

**PODERES:** O OUTORGANTE concede poderes especiais ao OUTORGADO para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro, ter informações e acompanhar perícias necessárias e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder e Seguradoras conveniadas e a Susep. Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

SANTA RITA, 11 de AGOSTO de 20 17.



Nalison Batista de Lima

**OUTORGANTE**





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0801100-13.2018.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Nos termos do art. 238<sup>1</sup>, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, com a contrafé e cópia deste despacho, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, **REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III<sup>2</sup> c/c 231, I<sup>3</sup>, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput<sup>4</sup>, CPC/2015 e em face do CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO** a Dra. ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA, domiciliada à RUA SEBASTIÃO DE AZEVEDO BASTOS, 496, MANAÍRA - João Pessoa/PB, CEP 58038-491, E-mail: [dr.rosanaduarte@ig.com.br](mailto:dr.rosanaduarte@ig.com.br), como perito do Juízo, devendo cumprir o encargo obedecendo as advertências do art. 466, caput<sup>5</sup>, CPC/2015, observando as determinações dos §§<sup>6</sup>1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, ficando intimada a parte promovida para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465<sup>7</sup>, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais) e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, **INTIME-SE a parte promovente** para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.

Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474<sup>8</sup>, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º<sup>9</sup>, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, I<sup>10</sup>, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 4 de outubro de 2018.

Juiz(a) de Direito

<sup>1</sup>(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

<sup>2</sup>(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

<sup>3</sup>(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

<sup>4</sup>(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

<sup>5</sup>(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

<sup>6</sup>(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

<sup>7</sup>(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

<sup>8</sup>(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

9(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

10(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

---

PROCESSO Nº 0801100-13.2018.8.15.0331

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: WALISON BATISTA DE LIMA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo (Comprovante de envio - Carta de Citação "AR"-SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A), devidamente recebido pela Secretaria do Fórum.

2ª Vara Mista de Santa Rita-Pb, 11 de janeiro de 2019.

ANA CLAUDIA CAVALCANTE DE ARRUDA OLIVEIRA

Técnico Judiciário



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCESSO Nº 0801100-13.2018.8.15.0331

PROCEDIMENTO COMUM (7)  
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: WALISON BATISTA DE LIMA  
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, nos termos do art. 335, e seguintes do CPC, **CITO, a** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias, como também informar sobre a possibilidade de Audiência de Conciliação.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III2 c/c 231, I3, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

OBS: **PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:** Número do Documento:18032611382480400000012940159 e  
18032611383390100000012940164.

**PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK:** Número do documento: 18100810405787300000016566212.

SANTA RITA-PB, 11 de janeiro de 2019.

*Assinado eletronicamente*  
11/01/2019



*Ana claudia e de Arruda oliveira*  
ANA CLAUDIA CAVALCANTE DE ARRUDA OLIVEIRA  
Técnico Judiciário

